

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.624.466 - GO
(2019/0347985-0)**

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
**EMBARGANTE : SINDICATO DAS INDUSTRIAS FARMACEUTICAS NO
ESTADO DE GOIAS**
ADVOGADOS : FLAVIO DE OLIVEIRA RODOVALHO - GO014068
CYNTHIA ALMEIDA DE OLIVEIRA - GO023260
ELÉIA ALVIM BARBOSA DE SOUZA E OUTRO(S) - GO025953
EMBARGADO : ESTADO DE GOIÁS
**ADVOGADO : RENATA VITÓRIA BONIFÁCIO E SOUZA E OUTRO(S) -
GO021988**

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos por SINDICATO DAS INDUSTRIAS FARMACEUTICAS NO ESTADO DE GOIAS em face da decisão que não conheceu do agravo em recurso especial em razão da ausência de impugnação dos fundamentos da decisão que inadmitiu o recurso especial, nos termos do art. 21-E, inciso V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

Em suas razões, sustenta a parte embargante (fl. 212):

"Com a devida vênia, tanto o recurso especial quanto o agravo manejados trouxeram em sua estrutura o devido cotejo analítico, demonstrando a similaridade das situações fáticas com aplicação de direito divergente daquela dada nos demais tribunais pátrios.

Em suma, o dissenso jurisprudencial foi evidenciado nos recursos retro para arguir (i) violação ao princípio da primazia da resolução do mérito e da razoabilidade e, (ii) a desconsideração de fato superveniente que intervém diretamente no processo."

Requer, assim, o conhecimento e acolhimento dos embargos declaratórios para que seja sanado o vício apontado.

A parte embargada foi devidamente intimada para contrarrazoar estes aclaratórios.

É o relatório. Decido.

Nos termos do art. 1.022 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração destinam-se a esclarecer obscuridade, eliminar contradição, suprir omissão e corrigir erro material eventualmente existentes no julgado, **o que não se verifica na hipótese.**

Superior Tribunal de Justiça

Ressalte-se que o Superior Tribunal de Justiça pacificou o entendimento, nos termos do art. 253, parágrafo único, inciso I, do Regimento Interno desta Corte, de que não se conhecerá do agravo em recurso especial que "*não tenha impugnado especificamente todos os fundamentos da decisão recorrida*".

A propósito, da análise do recurso de agravo em recurso especial observa-se que a parte agravante deixou de impugnar especificamente um dos fundamentos da decisão agravada - ausência/deficiência de cotejo analítico. Veja-se que a refutação apta a infirmar a decisão agravada deve ser **efetiva, individualizada, específica e fundamentada**. Ilustrativamente: AgRg no AREsp 226.300/PR, relator Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJe de 13/12/2012.

Por fim, ressalto que a pretensão de rediscutir matéria devidamente abordada e decidida no *decisum* embargado, consubstanciada na mera insatisfação com o resultado da demanda, não se coaduna com a via eleita. Nesse sentido, o EDcl no AgRg nos EREsp n. 1.315.507/SP, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Corte Especial, DJe de 28/8/2014.

Assim, não há qualquer irregularidade sanável por meio dos presentes embargos, porquanto toda a matéria apta à apreciação desta Corte foi analisada, não padecendo a decisão embargada dos vícios que autorizariam a sua oposição (obscuridade, contradição, omissão ou erro material).

Ante o exposto, **rejeito os embargos de declaração** e advirto a parte embargante sobre a reiteração deste expediente, sob pena de pagamento de multa de 2% sobre o valor atualizado da causa, porque, os próximos embargos versando sobre o mesmo assunto serão considerados manifestamente protelatórios (artigo 1.026, § 2º, do Código de Processo Civil).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 1º de abril de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente